

Pandemia, Fome e Meio Ambiente no Antigo Sistema Agrário Colonial: Salvador da Bahia, Século XVIII

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Resumo

Em 2022 comemoramos os 100 Anos de nascimento de Maria Yedda Leite Linhares. Historiadora, militante, mulher, nordestina, do Estado do Ceará, que lutou contra uma brutal Ditadura, entre 1964 e 1979 – até a Anistia – e abriu o espaço para as mulheres num campo profundamente masculinizado da História Contemporânea na antiga FnFi – Faculdade Nacional de Filosofia, futura Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Mais tarde, em 1976, ainda enfrentando a Ditadura, no retorno do Exílio, abriu um novo campo de estudos no Brasil: a História Agrária. Este artigo – de forma muito breve e precária - pretendemos fazer uma homenagem a Maria Yedda Linhares retomando algumas de suas teses principais, na contramão do “main stream” da poderosa historiografia tradicional brasileira. Tendo como campo de estudo o Recôncavo do Bahia, Salvador e suas vilas, buscamos demonstrar que uma paisagem colonial unívoca em tono do Engenho, a plantação de açúcar e suas escravarias, com o ocultamento dos pobres, da pequena produção e da produção do abastecimento interno da Colônia é uma visão equivocada da vida econômica e social do Brasil colonial.

Palavras-Chave: Colônia. Fome. Agricultura. Meio Ambiente. Pandemia.

Pandemic, Hunger and Environment in the Ancient Colonial Agrarian System: Salvador da Bahia, 18th Century

Abstract

In 2022 we celebrate the 100th anniversary of the birth of Maria Yedda Leite Linhares. Historian, activist, woman, northeastern, from Ceará State, who fought against a brutal Dictatorship, between 1964 and 1979 – until Amnesty – and opened space for women in a deeply masculinized field of Contemporary History at the former FnFi – Faculdade Nacional de Filosofia, future University of Brazil, today UFRJ. Later, in 1976, still facing the Dictatorship, on his return from Exile, he opened a new field of study in Brazil: Agrarian History. This article – in a very brief and precarious way – intends to pay homage to Maria Yedda Linhares, resuming some of her main theses, against the “mainstream” of the powerful traditional Brazilian historiography. Having as field of study the Recôncavo do Bahia, Salvador and its villages, we seek to demonstrate that a univocal colonial landscape around the Engenho, the sugar plantation and its slaves, with the hiding of the poor, small production and the production of internal supply da Colonia is a mistaken view of the economic and social life of colonial Brazil.

Keywords: Colony. Hunger. Agriculture. Environment. Pandemic.

Texto integral

Apresentação

Em 2022 comemoramos os 100 Anos de nascimento de Maria Yedda Leite Linhares. Historiadora, militante, mulher, nordestina do Ceará, que enfrentou uma brutal Ditadura, entre 1964 e 1979 – até a Anistia – e abriu o espaço para as mulheres num campo profundamente masculinizado da História Contemporânea na antiga FnFi – Faculdade Nacional de Filosofia, futura Universidade do Brasil, hoje UFRJ, e depois, em 1976, ainda enfrentando a Ditadura, abriu um novo campo de estudos no Brasil: a História Agrária.

Este artigo – de forma muito breve e precária - pretende ser uma homenagem a Maria Yedda Linhares retomando algumas de suas teses principais, na contramão do “main stream” da poderosa historiografia tradicional brasileira. Tendo como “cadre bati” o Recôncavo do Bahia, Salvador e suas vilas, buscamos demonstrar que uma paisagem colonial unívoca em tono do Engenho, a plantação de açúcar e suas escravarias é uma visão equivocada da vida econômica e social do Brasil colonial. A colônia, ou o

Estado do Brasil, para não ampliarmos para o complexo Estado do Maranhão e do Grão-Pará, era um complexo paisagístico imbricado de múltiplas formas coetâneas, que se autoalimentavam, com formações escravistas diversas e multifacetadas convivendo com o trabalho livre, subordinado e votado para viabilização da empresa escravista. Os “modos” de exploração do escravismo eram estratificados em graus diferenciados, desde imensas propriedades, deverias dezenas de pessoas escravizadas até pequenas unidades de 1-3 trabalhadores escravizados vivendo em condições de penúria com um senhor que trabalhava com seus escravizados, mas que deles se distinguia, orgulhosamente, por sua condição de livre. Mesmo ex-escravizados, alforriados buscavam ter uma pessoa escravizada, por vezes em péssima condição física, para “tocar” uma terra, esta mesma no limite do sistema agrário, em condições de extrema vulnerabilidade climática, como veremos. Havia, mesmo no escravismo, uma reprodução interna da pobreza.

Esse “lado oculto” do sistema, como chamava Maria Yedda Linhares, foi tratado como uma economia natural – espécie de “Naturwissenschaft” nas obras dos grandes historiadores da Colônia, como Caio Prado Junior e Jacob Gorender, não merecendo nenhuma atenção especial. Seus trabalhadores desapareceram da História. Moradores, meeiros, parceiros, caribocas e dezenas de outras denominações locais que se atribuíram aos camponeses o “ocultaram” da História do Brasil até inexplicáveis explosões de violência como a Cabanagem, Canudos ou Contestado (LINHARES; TEIXEIRA, 1987, p. 17 e ss). Quem era essa gente. Silêncio. O papel de localização e identificação de um povo entre a massa de escravos e pardos, brancos, mestiços, índios destribilizados, negros livres, brancos pobres e a minoria da elite branca e “de bem” aos quais iria se somando, aos poucos, os negros libertos desde as leis de 1850 até 1888 foi uma História “envergonhada”.

“Esse outro lado da História”, seu lado oculto, de trabalhadores humildes, humilhados e ocultos é o que trazemos aqui em homenagem ao 100 Anos de Maria Yedda Leite Linhares.

O Problema:

Tratamos de uma área próxima de Salvador na Bahia especializada na produção de mandioca, entre 1680 e 1750, para o abastecimento da cidade e seu porto, composta pelas freguesias de Maragogipe, Nazareth das Farinhas, Jaguaripe e Itaparica. Tais “vilas” formariam um primeiro círculo, ou “anel agrícola”, bastante próximo da capital, com um raio de 100 até 200 quilômetros; um segundo círculo seria formado pelas vilas ditas “de baixo”, com as freguesias Cayru e Boipeba, na Ilha de Tinharé, Camamú, Valença e Maraú, no limite mais ao sul, encostando na vila do Rio de Contas e Itacaré. Este “segundo círculo” atingiria um raio mais dilatado, entre 200 até 400 quilômetros de Salvador; por fim, alcançaríamos um último círculo “abastecedor” da cidade Salvador, com Ilhéus, Olivença, e a vila do Una, junto ao rio de mesmo nome, já em um raio de mais de 500 quilômetros (IBGE, 1986, p. 413). Eram espaços imensos e difíceis de alcançar para um país novo e de escasso povoamento.

Não se trata de uma paisagem rígida ou excludente, onde não haveria espaço para variações. Em momentos de crise, uma outra freguesia, ou mesmo capitania, poderia ser chamada para abastecer Salvador. Também não seria verdadeiro descrever os “círculos” agrícolas, baseados em Van Thunen, exclusivamente como uma área de produção de mandioca. Embora, e aí sem a menor dúvida, a mandioca fosse em toda a região o gênero dominante, ocorria a produção significativa de outros gêneros. Desde 1750 podemos citar o feijão e o milho aparecendo com frequência ao lado da farinha de mandioca, enquanto após esta data o arroz surge como uma grande riqueza local.

O primeiro círculo – seguindo a proposição de van Thünen (OLIVEIRA, 2016, p. 101) para as “paisagens agrícolas de tipo antigo” -, concentrava-se em torno da vila de Nazareth das Farinhas, uma freguesia que possuía, em 1757, 2.200 habitantes. A freguesia era cortada por rios navegáveis, particularmente pelo Jaguaripe, que permitiam que se alcançasse Salvador – em “sumacas” ou “lanchas” – com um dia de viagem. O termo da freguesia possuía trinta “engenhocas”, com uma grande produção de rapadura e aguardente, porém a produção de açúcar em seus sete engenhos era bastante restrita pela

incapacidade das terras. Os proprietários das engenhocas lamentavam-se, insistentemente, que trabalhavam em “capoeiras”, terras já exaustas de cultivos anteriores e rodízios velhos (A.H.U., cx. 19.754). Existiam, ainda, inumeráveis olarias que produziam uma grande quantidade e variedade de louça de barro, que era vendida no Recôncavo da Bahia e em Salvador. As olarias e, principalmente, as casas de farinha devastavam os “sertões” – as reservas naturais – da freguesia pelo uso constante de suas madeiras com seus fornos (B.N., Mss. II- 30.34.106)¹. O uso generalizado da madeira como combustível nas fornalhas permanentemente acessas das olarias e das “fábricas” de mandioca provocava grande horror nos senhores de engenho – não tanto pela concorrência em torno do mesmo combustível, o papel único da madeira, porém, pela perda dos solos, e da “reserva” das matas, após a destruição da camada florestal. Essa foi uma das razões básicas do confinamento da mandioca em determinadas áreas, como é o caso de Nazareth das Farinhas, e dos conflitos entre “roceiros” e senhores de engenho em torno do uso dos recursos naturais.

Na freguesia de Nazareth funcionava, desde meados do século XVII, uma importantíssima feira de alimentos, com caráter semanal, servindo de mercado redistribuidor para todo o Recôncavo e Salvador. Negociava-se aí cerca de 7 até 9 mil alqueires de farinha, semanalmente, que eram transportados em grandes tropas de até 1500 cavalos (A.H.U., cx. 19.754). No auge de sua atividade como centro produtor de alimentos Nazareth enviava para Salvador cerca de 41 lanchas com 51.902 alqueires de farinha, além de outros 2000 alqueires de milho (APEB, maço 609)². A produção de todo este volume de alimentos se dava através de relações escravistas, tendo Nazareth uma forte participação de escravizados na sua composição demográfica: em 1781, 27 lavradores, que plantavam 203 mil covas de mandioca, possuíam 84 escravos, enquanto em 1789, outros 336 lavradores, que haviam produzido 3.327 alqueires de farinha

¹ ; (B.N., Mss. II-30.34.106).

² Lista das Informações e Discripções das diversas freguesias do Arcebispado da Bahia, 1757. APEB, Documentação Colonial e Provincial, Maço 609. Ver ainda a nota 1, SUPRA.

trabalhavam com mais de 100 escravos³. Vemos, assim, que não só Nazareth se inscrevia no escravismo colonial dominante, embora sob uma forma específica de “pequena produção escravista” – um pequeno módulo -, como participava intensamente dos circuitos comerciais internos, na posição de mercado de alcance regional. A feira de Nazareth não se limitava ao comércio de alimentos e as louças, aproveitando o grande fluxo semanal de visitantes:

Por este motivo há na dita povoação muitas lojas de fazendas, ferragens e molhados, onde se fazem e proveem os condutores das mesmas farinhas, vendendo-as com os mais gêneros que trazem quais sejam algum milho, bastante víveres, bandos de capados mortos e grande cópia de rapadura. (A.H.U., cx.19.754)

As tropas de cavalos e muares vieram a substituir, em Nazareth das Farinhas, o fácil transporte por rio; ocorre, que as técnicas de cultivo levaram, precocemente, à exaustão dos solos, obrigando os lavradores a afastarem, mais e mais, os campos de cultivo das proximidades da vila e do porto de embarque. Já em 1799 sentia-se, claramente, os sinais da crise local: “Esta falta de comércio procede da distância que ficam as lavouras e a persuasão em que ficam os lavradores, em que as terras que plantam huma, duas, três vezes já não são aptas para produzirem grossas raízes” (A.H.U., cx.19.754).

O “anel” produtor de alimentos no entorno do “plantagem”:

Nazareth das Farinhas polarizava, em torno do seu mercado, outras freguesias, como Jaguaripe, que apresentava um perfil mais pobre, embora sua produção alcançasse a 37.130 alqueires de farinha, 763 alqueires de arroz e 585 de milho (B.N., Mss. II-30.34.106). Uma carta do capitão-mor da vila, em 1755, dirá: “Os lavradores. estão concorrendo e suprindo a mesma cidade [... de Salvador] e mais partes desta capitania

³ Idem. Lista... de Nazareth.

com tal quantidade de farinha, atualmente, que causa admiração pela grandeza dela” (B.N., Mss., II-31,29,46).

Jaguaripe possuía, em 1757, 3.181 habitantes, muito embora o informadíssimo José Antônio Caldas nos ofereça a cifra de 5.016 para 1759, dos quais 1.510 eram escravizados (cerca de 47,5%). A freguesia vizinha de Maragogipe, com seus 5.684 habitantes, também se constituía em um importante centro produtor de alimentos. Em 1786, de janeiro a agosto, a vila enviou 17 embarcações a Salvador, com 279 alqueires de farinha e 118 de milho (B.N., Mss. II-30.34.106). Como as demais freguesias, Maragogipe começou a sentir, a partir de meados do século XVIII, o impacto da devastação do meio-ambiente, com a conseqüente diminuição da produtividade (APEB, maço 609).

A crise ambiental é visível já a partir de 1757, quando os documentos falam no abandono de vilas inteiras, em virtude do ataque das formigas saúvas, lagartas, exaustão das terras ou assoreamento dos rios, levando o núcleo constituído em torno de Nazareth a ceder lugar, como polo produtor, às “vilas de baixo”. Caracterizava-se, assim, um sistema produtivo predatório do ponto de vista ecológico e obrigado, por isso mesmo, a uma reprodução extensiva a partir de uma fronteira necessariamente sempre aberta e em movimento, o que entrava em choque, por sua vez, com os meios de transporte de grandes volumes, de preços necessariamente baixos para garantir o abastecimento e evitar a carestia, então existente.

O segundo grande círculo especializado no fornecimento de alimentos parece ter se constituído em torno de Camamú/Boipeba/Cayrú, as chamadas “vilas de baixo”. Longe da disputa por terras com os senhores de engenho, nesta parte do litoral ao sul de Salvador confluíam inúmeros pequenos produtores com um número limitado de escravizados, impossibilitados de participar da aventura açucareira, seja por causa da rápida monopolização da terra no Recôncavo da Bahia, seja por causa do custo elevado da empresa açucareira com seu “casco” industrial ou sua escravaria. Assim, na “Notícia sobre os lugares e povoações da Bahia”, de 1757, afirma-se que o conjunto da região é constituído de “gente pobre, escravos, forros velhos e miseráveis...” que se dedicavam

ao cultivo da mandioca, posto que “...com poucos escravos não faz conveniência lavar canas e com menos de quarenta não pode engenho algum fabricar açúcar” (APEB, maço 609). O mesmo documento, ao descrever a vila de Camamú, nos diz tratar-se de um local de gente pobre, “a mais da gente são negros e pardos cativos” (APEB, maço 609).

De qualquer forma, deu-se uma concentração natural de produtores de alimentos nestas três freguesias, o que foi reconhecido pelo Estado Colonial português como extremamente útil. Assim, já em 1674, é proibido o estabelecimento de engenhos, ou canaviais, bem como a criação de gado na região, abrindo-se uma única exceção para o poderoso sargento-mor Antônio de Couros, senhor de engenho em Cayrú. Cristalizava-se, desta forma, uma “vocação” de mercado interno e da agricultura de abastecimento, com vastas redes comerciais, para a agricultura de mercado interno (ABEL, 1977, p. 101). O vocacionamento das três vilas para o mercado interno vinha desde longa data se delineando, pois já em 1648, Cayrú, Boipeba e Camamú estavam obrigadas a municiar com farinha as tropas e as armadas portuguesas da Rota das Índias.

Neste sentido, nesse mesmo ano de 1648, são enviados, por Camamú, para Salvador 2000 alqueires de farinha, 1.800 por Cayrú, enquanto Boipeba envia 700, o que é considerado absolutamente insuficiente. Estabelece-se, a partir daí, uma forte rivalidade entre o Senado da Câmara de Salvador e as câmaras das três vilas “de baixo”, com o firme apoio dos soteropolitanos à ação das autoridades coloniais ao “taxar” - quer dizer, então, tabelar o preço da mandioca -, bem como a obrigação do seu plantio (FREIRE, 1912-1914, p.198).

○ Estado Colonial e a produção de alimentos:

Em 1662 é reafirmada a obrigação do abastecimento da tropa e da cidade, com adendo de se proibir todo o comércio regional, antes de cumprida a determinação (DHBN, 1650, v.3). Acontecia, normalmente, de senhores de engenho e mestres das embarcações que iam para o tráfico negreiro na África buscarem, mantimentos diretamente nas três vilas, ou então, os próprios produtores venderem seus estoques

no caminho de Salvador, nos engenhos do Recôncavo, antes do abastecimento da cidade. A consequência imediata era a diminuição da oferta em Salvador e falta de farinha para as tropas e a Frota. Surge, daí, uma série de ordens e bandos proibindo o comércio local de farinha nas três vilas, ou ao longo da viagem, impondo Salvador como mercado único (BN, Mss., Col. Linhares, II-33.22.26).

Como a questão básica não residia em pagar impostos – não adiantava ter dinheiro sem ter produção – cobrava-se em alimentos para as tropas. Depois de graves desentendimentos entre a autoridade colonial e as câmaras locais, chegou-se, enfim, a um acordo de fornecimento permanente de farinha para as tropas como prioridade. Tal acordo, firmado em 1654, ficou conhecido como o notável “*Conchavo das Farinhas*” – “conchavo” como “contrato” ou acordo -, que impunha às três vilas o fornecimento dos víveres necessários, da seguinte forma: cabia, anualmente, a Cayrú, Camamú e Boipeba enviar a farinha necessária para as tropas e para o abastecimento da cidade de Salvador, contra pagamento imediato pelo Senado da Bahia. O “sírrio” de farinha seria comprado pelo Senado da Câmara de Salvador (responsável pela tropa) a 280 réis, mais 28 réis de frete, totalizando com as demais imposições 320 réis, preço bastante abaixo do que alcançava normalmente o “sírrio” no Recôncavo (DHBN, 1688, v.8).

Assim, as vilas “de baixo” aprofundaram sua especialização, com forte incentivo, e mesmo coerção, do Estado. É neste contexto, que desde 1668 o comboio da frota, bem como a Armada da Índia, aporta em Cayru e Camamu, trocando farinha de mandioca e peixe seco por sal de Setúbal (DHBN, 1725, v.9). Quando, por algum motivo a região não podia fornecer os gêneros necessários, como durante a “Grande Fome” do início do século XVIII, devia-se recorrer ao Rio de Janeiro, como é feito por Dom Rodrigo da Costa, em 1703 (DHBN, 1703, v.11).

Em pouco tempo, Camamú tornar-se-á em um grande centro produtor e exportador de farinha de mandioca, abastecendo não só as frotas e a tropa – razões impositivas do Estado colonial -, bem como a cidade de Salvador. Sobre a situação da freguesia em 1725 escrevia-se: "A vila de Camamú é o maior centro produtor e

exportador de farinha, carregando-se clandestinamente o produto para o Pernambuco e a Paraíba do Norte” (DHBN, 1703, v.11).

Terra e Trabalho na Produção de Alimentos:

Contudo, a situação dos lavradores de mandioca não era tão tranquila como se poderia esperar da prosperidade local. Desde 1567, os jesuítas possuíam terras na região, e agora, em meados do século XVII, começavam a exigir pesados "foros" pelo uso da terra. A imensa produção local havia exaurido boa parte dos solos, obrigando os lavradores a procurarem novas terras. Ora, estas terras, a "fronteira" natural da área dos mandiocais, estava “apropriada” (não exatamente “ocupada” no seu sentido produtivo) pelos jesuítas. Tal fato acarretará, desde 1644, uma forte disputa entre os moradores de Camamú, Boipeba e Cayrú e os padres da Companhia: “[...] não restavam terras para distribuírem aos particulares, porquanto (sic) as melhores e a maior parte pertenciam aos ditos jesuítas ou por título de doações ou como administradores dos índios[...].” (DHBN, 1703, v.11).

As terras dos jesuítas não ficaram, entretanto, incultas. Pelo contrário, aproveitando a vocação local, deram-se amplamente ao cultivo da mandioca, empregando as terras virgens, ditas "de Sertão", para a produção de farinha: “...reduzirão às cinzas todas as madeiras, para empregar os terrenos na assoladora plantação da mandioca”, prefigurando a constante de uma agricultura altamente predatória, extensiva, e intensiva na sua forma de preparação, sobre a qual assentavam-se as bases da sustentação da população, das tropas e da frota (SILVA CAMPOS, 1981, p. 145 e ss.). Eis as bases das tremendas crises de fome da Época Colonial.

Os problemas não cessavam aí. As dificuldades dos lavradores de mandioca, face ao preço elevado dos trabalhadores escravizados na conjuntura das rivalidades contra os holandeses na África, levou-os a atacar as missões jesuítas em busca de mão de obra indígena. Mais tarde, os colonos de Jaguaripe e Camamú atacariam a aldeia jesuíta da região, em 1699, exatamente em um período de carestia e “murmuração contra a fome”.

Porém, aos poucos inúmeros lavradores conseguiram enriquecer e, no dizer de Rocha Pita, tornaram-se “poderosos”. A riqueza carreada para as três vilas aumenta significativamente o contingente local de escravizados, com grave consequência para a ordem colonial aí implantada, culminando em choques entre colonos de Cayrú e quilombolas, em 1673. Um pouco mais tarde, Camamú se vê face à contingência de enfrentar um “mocambo”, quilombo, de negros fugidos, em 1689. Os negros tentaram, então, libertar seus companheiros existentes nas plantações de mandioca e atacam a própria sede da vila, sendo, entretanto, derrotados. Um bom número de negros fugidos encontrou refúgio junto aos índios, que votavam grande ódio aos lavradores (ROCHA PITA, 1976, p. 62).

A reprodução extensiva e exaustiva do sistema:

Podemos ver, desta forma, os dois elementos mais perturbadores da produção de mandioca, e por extensão de alimentos, de então, no âmbito do sistema agrário colonial: a fome por terras, no mais apoderadas por indivíduos ou instituições poderosas e o esgotamento sempre irreversível de imensas áreas agriculturáveis. Em verdade, ambos os fatores eram termos da mesma equação, já que a fome por terras era uma consequência direta da devastação do meio ambiente. De uma forma clara, a fronteira agrícola estava fechada para os produtores de alimentos, da seguinte forma: (i) em torno do Recôncavo a *plantation* inviabilizava qualquer extensão da agricultura de mercado interno, mesmo que altamente comercial; (ii) nas áreas mais afastadas, onde a autoridade colonial era mais frouxa, surgia a questão dos quilombos e dos ataques índios; (iii) a propriedade da terra encontrava-se fortemente concentrada por apropriações prévias, normalmente via concessão de cartas de sesmarias de limites vagos e gigantescos, visando a criar um “mercado de aforamentos”, que tornava o roceiro/lavrador “obrigado” a uma das instituições conformadoras de verdadeiros senhorios territoriais, de propriedade absenteísta, mas com o direito de exigir foros pelo uso da terra.

Cabe reter a noção de uma agricultura devoradora de solos face a um sistema montado sobre um mercado de terras constituído pela generalização do aforamento em mãos de “notáveis” e de instituições poderosas, como as ordens religiosas. Obviamente, estamos frente a um impasse. Havia uma pressão contínua, por parte do sistema, por novas terras e, ao mesmo tempo, o que Esther Boserup denominou de impedimentos institucionais a própria reprodução sistêmica (BOSERUP, 1987, p. 18 e ss.).

A pressão mantinha-se constante na busca de novas áreas. Conforme envelhecia a área agrícola constituída pelo eixo Cayrú / Boipeba / Camamú / Valença / Maraú, sobressaíam novas áreas fornecedoras de alimentos, ainda mais ao sul. Particularmente, a freguesia de Rio de Contas (Itacaré) começará, a partir da segunda metade do século XVIII, a produzir grande quantidade de farinha para o abastecimento de Salvador. O cronista de Ilhéus, Silva Campos, dirá que as roças de Rio de Contas “excediam em extensão às de todas as outras vilas da comarca reunidas, possuindo lavradores com 50 até 80 mil covas plantadas” (1981, p. 175). Ele se dá com Ilhéus e Rio de Una, áreas ocupadas predominantemente com o cultivo da mandioca: “A freguesia era povoada na maioria de negros e mulatos cativos. A principal lavoura vinha a ser a de mandioca, além de algum arroz” (1981, p. 147).

Balthazar da Silva Lisboa, na sua “Descrição da comarca de Ilhéus em 1799”, nos informa que Rio de Contas produzia, anualmente, víveres no valor de 16 contos de réis, com 30.000 alqueires de farinha, 16 alqueires de goma e 150 alqueires de arroz (BN,20-03-1799, V.38). Mas, também aí, haviam chegado os jesuítas, com uma imensa sesmaria, “os fundos das doze léguas”, obrigando grande número de roceiros a se colocarem sob a “proteção” da Companhia, conforme nos informa o governador da Bahia: “[...] (era grande) a martirização com que os ex-jesuítas conservavam as melhores 12 léguas de terra de que eram proprietários e cultivadas por seus colonos rendeiros” (A.H.U., cx. 19-239).

A imposição colonial e crise agrária:

A introdução do tabaco no Recôncavo, e daí para as demais vilas, irá intensificar a competição entre produtores e a pressão sobre o sistema agrário. Resposta da Coroa às pretensões dos plantadores foi rápida e direta: centralizou-se a venda dos chamados “cereais da terra” (farinha, milho, arroz e feijão) em Salvador através da imposição de um registro de saída (dos portos locais) e de entradas no Celeiro Público da Bahia (através do Cais da Farinha em Salvador), com a imposição de um registro e de recibos feitos pelas câmaras locais.

Alguns destes registros foram encontrados por nós no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o que nos permitiu reconstruir, mesmo de maneira imperfeita e com lacunas, o comércio interno entre Salvador e as diversas vilas produtoras de alimentos. Assim, as “*Listas das lanchas de farinhas*” registradas no Celeiro Público, principalmente durante e logo após a “fome” de 1781-1786, mesmo que fragmentárias, com o movimento geral da produção para o mercado interno é comum, é a única fonte hoje disponível:

TABELA 1

PRODUÇÃO EXPEDIDA PARA O CELEIRO PÚBLICO BAHIA ⁴						
EMBARQUE	FARINHA	%	ARROZ	%	MILHO	%
Jaguaripe	55.782*	96	763	2	585	1.6
Maragogipe	279	70	-	-	118	30.0
Nazareth	51.902	-	-	-	-	-
Aldeia	11.597	-	-	-	-	-
Desconhecido	246	37	418	63	-	-

1. as listas de Nazareth, Aldeia e “desconhecida” são de 1788; as de Jaguaripe e Maragogipe datam de 1786;
2. o percentual correspondente à produção embarcada: * alqueires.

No seu conjunto temos alguns resultados interessantes: no ano de 1786, a vila de Jaguaripe produziu 25% de toda a farinha que deu entrada no Celeiro Público; 5.8%

⁴ (A.H.U., Cx. 19.754).

do arroz e 2.2% do milho, enquanto Maragogipe contribui com apenas 0.1% da farinha e 0.4% do milho. Já em 1788, Nazareth produzia 18% de toda a farinha enviada para Salvador e Aldeia cerca de 4%. Porém, a preocupação obsedante do estado colonial com a questão das crises de fome nos ajudará a esclarecer um pouco mais a estrutura produtiva voltada para o mercado interno. Para evitar o avanço das culturas voltadas para o comércio transatlântico, em particular o fumo, o governo colonial obrigou a se realizar um censo com o nome de todos os plantadores de mandiocas. Utilizamos, para a análise dessa estrutura, oito dessas listagens encontradas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seis delas, e no Arquivo Histórico Ultramarino, duas delas – sendo que seis com volume da produção e número de escravos e duas só com o volume de produção. De qualquer forma podemos, desde logo, propor uma visão de conjunto da estrutura produtiva do setor:

TABELA 2

NÚMERO DE PLANTADORES POR MIL COVAS DE MANDIOCA								
LOCALIDADE								
Covas	Nazareth	Cayr	Nazareth	Sto	Jaguaripe	Cayr	Tejuca	Valença
	h	ú		Antonio		ú		
1-3	27	95	16	7	6	6	35	2
4-5	45	36	5	3	4	3	7	6
6-10	117	41	3	14	9	19	4	14
11-15	41	5	-	8	3	14	2	8
16-20	37	2	1	3	4	10	3	6
21-25	12	1	-	3	-	1	-	-
26-30	22	1	-	4	-	4	1	1
31-35	3	1	-	3	-	6	-	-
36-40	25	-	1	2	-	-	-	2
41-45	-	-	-	-	-	-	-	1
46-50	3	-	-	-	-	-	-	-
51-55	-	-	-	-	-	-	-	-

56-60	5	-	-	-	-	-	-	-
61-65	-	-	-	-	-	-	-	3
66-70	-	-	-	1	-	-	-	-
71-80	-	-	-	-	-	-	-	-
81-90	-	-	-	-	-	-	-	1
91-100	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	333	182	26	47	26	63	52	45

Fonte: Lista dos lavradores de mandioca das rossas de Nazareth... 1789. AHU, Bahia, cx. 20446; Rellação da planta da mandioca da vila do Cayrú, B.N., Mss. II-33,21,64; Rellação das pessoas da villa de Nazareth que foram notificadas para plantar mandioca, B.N., Mss., II-34,9,20; Rellação dos notificados para plantarem mandioca na vila de Santo Antônio... 1789, B.N, Mss., I-31,30,51; Rellação dos moradores que plantam mandioca em Jaguaripe...1781, B.N., Mss., II-33,2,12; Lista das mil covas da vila de Cayrú... 1786; B.N., idem; Mapa e lista das pessoas do distrito do Tejuca em Jaguaripe que foram notificadas para a planta da mandioca... 1781; B.N., Mss I-31, 30, 52; Rellação dos lavradores e plantações de mandioca que se achão na vila de Valença, 1799, A.H.U., Bahia, cx. 20446.

O quadro acima nos permite uma série de análises importantes sobre o perfil do setor agrícola voltado para o mercado interno. Em primeiro lugar, verificamos a grande concentração de lavradores nos segmentos iniciais e médios da estratificação que propomos acima. Assim, em Nazareth (1789) de um total de 333 lavradores 34% plantam de 6 a 10 mil covas de mandioca, enquanto o segmento que planta de 1000 a 5000 covas ocupava 21% do total. Em suma, os plantadores de até 10 mil covas correspondiam a mais de 55% do total dos plantadores.

Já em Cayrú, em 1781, os seus 182 lavradores de mandioca apresentavam um perfil mais polarizado: o segmento de plantadores de 1000 a 3000 covas representava cerca de 54% do total e somando-se a eles aqueles que plantavam até 10.000 covas chegaríamos a mais de 94% do total! A listagem, do mesmo ano, de Nazareth, com 26 lavradores, apresenta um estrato de plantadores de 1000 a 3000 covas de 59% e, se somarmos a estes os produtores de até 10.000 covas teremos 77% do total de lavradores.

O distrito de Santo Antônio, em 1786, apresenta, por sua vez, o segmento de plantadores de 6.000 a 10.000 covas como o mais representativo, com 28% dos 47

lavradores arrolados. Entretanto, os produtores de 1000 a 5000 covas representavam 24% do total e ambos os segmentos juntos somavam mais de 52% do total.

Praticamente idêntico é o perfil de Jaguaripe, em 1781, com 32% dos seus plantadores o segmento de 6.000 a 10.000 covas e 21.4% no segmento de 1000 a 3000 covas, perfazendo os plantadores até 10.000 covas 67% do total.

Já uma outra listagem de Jaguaripe de 1781, abrangendo o distrito do Tejuco, mostra o mesmo perfil polarizado, com 67% dos plantadores presentes no segmento de 1000 a 3000 covas, chegando a 88% de estendermos a análise àqueles que plantavam até 10.000. Uma segunda listagem de Cayrú, de 1786, e abrangendo outro setor da freguesia mostra um perfil menos polarizado, com o segmento dos plantadores de 6.000 até 10.000 covas com 30% do total, enquanto o de 1000 a 5000 somava 15%, não chegando, portanto, ambos a atingir mais do que 45% da totalidade dos lavradores. Por outro lado, o segmento de 11.000 a 15.000 covas atingia mais de 22% e os que plantavam mais de 30.000 chegavam a 10% do total. Idêntico a Nazareth, com um perfil polarizado, é a estrutura produtiva esboçada na listagem de Valença, de 1799, com 33% dos seus 43 lavradores de mandioca o segmento de 6000 até 10.000 covas, e 52% plantando até 10.000 covas. Numa visão de conjunto teríamos o seguinte quadro:

TABELA 3

QUADRO RESUMO: % DE PLANTADORES POR MIL COVAS		
FREGUESIAS	% ATÉ 10.000 COVAS	
Cayrú	1781	94
Nazareth	1781	77
Jaguaripe	1781	67
Jaguaripe (Tejuco)	1781	88
Sto. Antonio	1786	52
Cayrú	1786	45
Nazareth	1789	55
Valença	1799	52

Fonte: mesmas fontes do quadro anterior, bem como os demais quadros seguintes.

O caráter "pequeno produtor" do setor agrícola dedicado ao mercado interno é, ainda mais, acentuado se utilizarmos para efeito de análise o tamanho da posse de escravizados. Ao mesmo tempo, as mesmas listagens, fornecem dados suficientes para comprovar a inclusão do setor agrícola voltado para o mercado interno no domínio mais abrangente do escravismo colonial, bastante longe do que se poderia supor como uma economia camponesa (ou suas variáveis "caipiras") Em Nazareth, por exemplo, em 1781, para 26 lavradores trabalham 84 pessoas escravizadas, sendo que quatro plantadores não possuíam escravizados. O tamanho da "posse de escravos", critério proposto por Stuart Schwartz (1988, p. 269), é bastante significativo, conformando claramente uma "pequena produção escravista" voltada para o mercado interno. Assim, a grande maioria de plantadores (37%) possuía 1 – 2 escravizados e nenhum dentre eles possuía mais de dez escravizados. O quadro abaixo demonstra nossa afirmação:

TABELA 4

TAMANHO DA POSSE DE ESCRAVIZADOS, NAZARETH 1781				
Tamanho da posse:	Nº de proprietários	%	Nº de escravos	%
Sem escravos	4	15	-	-
1-2	10	37	14	16
3-5	9	33	35	42
6-10	4	15	35	42
Total	27	100	84	100

Já as duas listas de Jaguaripe, de 1781, englobando os distritos da vila e do Tejuco, apresentam um perfil mais "familiar", com 44% dos 80 lavradores locais sem escravizados enquanto 24% possuíam 3-5 escravizados e, também aqui, nenhum deles possuía mais de 10 escravizados. Enquanto isso, as duas listas de Cayrú, de 1781 e 1786, mostram uma presença generalizada do escravismo, com uma ampla distribuição de mão de obra escrava no conjunto dos segmentos. De um lado, vemos que cerca de 11% dos 188 lavradores de mandioca, em 1781, no possuíam qualquer escravo, enquanto 38% possuíam 1-2 escravos, totalizando 17% do contingente escravo local. Já 32% possuíam

entre 3-5 escravizados e abarcavam 37% do total da mão de obra negra empregada e, significativamente, pouco menos de 4% dos plantadores, na ponta de cima, possuíam mais de 10 pessoas escravizadas, muito embora pudessem contar com cerca de 46% de todos os escravizados arrolados. Por outro lado, no quadro de 1786, todos os 64 lavradores presentes possuem escravizados, num total de 242 trabalhadores, cuja metade, 51% aproximadamente, estavam nas mãos de plantadores de 6 até 10 escravizados; todavia, a maioria dos plantadores, 41%, possuíam de 3-5 escravizados e um grande número, 33%, detinha apenas 1-2 escravizados.

TABELA 5

TAMANHO DA POSSE DE ESCRAVIZADOS, CAYRÚ (1781 e 1786)				
TAMANHO DA POSSE	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS			
	1781	%	1786	%
Sem escravos	20	11	-	-
1-2	71	38	21	33
3-5	62	32	26	41
6-10	25	13	16	25
11-15	6	3	-	-
16-20	2	1	-	-
21-25	1	1	-	-
Illegíveis	1	1	1	1
TOTAL	188	100	64	100

Para a vila de Santo Antonio teríamos o seguinte perfil:

TABELA 6

TAMANHO DA POSSE DE ESCRAVIZADOS, SANTO ANTONIO, 1786				
Tamanho da posse	Nº de propriet.	%	Nº de Escravos	%
Sem escravos	8	17	-	-
1-2	15	31	20	9
3-5	15	31	62	27
6-10	5	10	42	18
11-15	3	6	41	18
16-20	1	2	19	8
+ de 21	2	4	48	21
TOTAL	49	101	232	101

Com base nos dados acima apontados, dois pontos podem ser, desde cedo, afirmados: i) a universalização do escravismo colonial, de tipo comercial, como relação básica de produção no setor agrícola de mercado interno, bastante longe das generalizações vigentes nos manuais acerca de um setor, autônomo ou não, de pequena produção familiar, tipo caipira e dita como “economia natural”. Não afirmamos a sua inexistência, mas, insistimos que a massa mais importante da produção de alimentos para o mercado interno repousava sobre o trabalho escravo, via pequena produção escravista. Evidentemente, tal afirmação impõe como consequência reexaminar as teses existentes acerca do caráter estagnado, “natural”, ou não-monetário da produção de alimentos no sistema agrário colonial.

A própria dominância do escravismo implica em fluxo de renda inserindo a produção de alimentos num circuito mais amplo, envolvendo o adiantamento da renda

escravista e a necessidade do recurso ao mercado (CHAYANOV, 1974, p. 132 e ss)⁵. Ao mesmo tempo, a inserção da produção de alimentos no circuito mercantil típico do escravismo impõe perceber o papel deste setor como um elemento viabilizador do próprio predomínio plantacionista, ao assumir os encargos pertinentes à reprodução, com custos compatíveis, da relação de produção básica; ii) a definição “tamanho da posse em escravizados” desempenha um papel fundamental ao mostrar um perfil diferenciado, e constante, da pequena produção escravista. Esta assume, assim, um papel estrutural, como uma forma específica de organização da produção, e não como uma mera ocorrência ou horizonte estatístico no contexto do escravismo colonial. Desta forma a “pequena produção escravista” organizar-se-ia em torno de uma forte maioria de plantadores com 1-2 escravos, cerca de 34% do total, e que se somando aos plantadores com 3-5 pessoas escravizadas contaria com 66% dos produtores arrolados na região do Recôncavo da Bahia e seus círculos periféricos. Há, ainda, fortes oscilações para baixo em direção a uma pequena produção tipicamente “familiar”, e aparentemente empobrecida, com 17% do total dos lavradores. Ocorreria, também, uma oscilação para o alto, com o segmento de 6-10 escravizados com 14% dos lavradores. Já os lavradores com “+ de 11 escravizados” não alcançaria 4% dos 407 lavradores pesquisados. Delimita-se, assim, um segmento-matriz possuidor de 1-5 pessoas escravizadas, com 52% do contingente trabalhador e 66% dos produtores, conforme vemos no quadro seguinte:

TABELA 7

TAMANHO DA POSSE E CONTINGENTE DE ESCRAVIZADOS DOS PLANTADORES				
Tamanho da posse	lavradores	%	escravos	%
Sem escravos	68	16.7	-	-
1-2	136	34.0	202	14.9
3-5	129	31.7	494	36.6

⁵ Para uma discussão da aplicabilidade de CHAYANOV em uma economia escravista de tipo colonial ver CARDOSO, Ciro. O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Theo. América Colonial, Rio de Janeiro, Pallas, 1975, p. 96- 98.

6-10	57	14.0	416	30.8
11-15	9	2.2	104	7.7
16-20	3	0.7	59	4.3
21-25	2	0.4	25	1.8
+ de 26	3	0.7	48	3.5
TOTAL	407	100	1.348	100

A subordinação econômica aos interesses comerciais dominantes (abastecimento das naus do tráfico africano, da carreira das índias e do avanço lusitano na região da Bacia do Prata) e ao plantacionismo (o abastecimento da escravaria) era reforçada por mecanismos extraeconômicos, com forte atuação do Estado (orientado pelo mercantilismo e o neo-aristotelismo escolástico então dominantes em Portugal), através da “taxa”, da proibição do livre comércio de alimentos e da centralização do mercado em Salvador.

TABELA 8

PERFIL DOS LAVRADORES SEM ESCRAVIZADOS – 1781-1786		
Freguesia	% sobre o total de roceiros	% sobre o volume plantado
Nazareth	14.8	1.4
Cayrú	11.0	2.6
Sto. Antonio	14.0	7.1
Jaguaripe	14.0	11.0
Tejuco	60.0	38.0
Cayrú	-	-

O setor produtor baseado exclusivamente na mão de obra familiar não respondia com um percentual significativo da produção de alimentos e, nem mesmo, correspondia a uma forma dominante de organização do trabalho no campo dentre os produtores voltados para o mercado interno. Já o segmento marcado pela posse de 1 até 3 escravizados apresenta uma situação inversa, como vemos a seguir:

TABELA 9

PERFIL DOS LAVRADORES COM 1-3 ESCRAVIZADOS			
Freguesia	% sobre o total de lavradores	% sobre o total de escravos	% sobre o total de covas
Nazareth	59.2	23.8	16.7
Cayrú	53.0	30.0	34.0
Sto. Antonio	45.0	17.2	21.0
Jaguaripe	32.0	17.0	20.0
Tejuco	27.0	46.0	34.0
Cayrú	52.0	29.0	27.0

Desta forma, o segmento 1-3 escravos, é claramente majoritário em relação aos demais, chegando em alguns casos a representar mais da metade dos lavradores arrolados, embora quase nunca chegue a um terço das pessoas escravizadas arroladas. Mas, significativamente contribuem com um elevado volume da produção, particularmente aos termos em vista a relação direta número de escravos > número de covas. Assim, por exemplo, um só produtor de Nazareth, em 1781, com 10 escravos plantava 80.000 covas de mandioca! Mais adiante, ao tratarmos da questão das técnicas, voltaremos a este ponto.

Temos, assim uma paisagem composta de uma parcela de produtores rurais de tipo familiar, sem escravizados, coincidentemente os mais pobres fora da condição servil, variando entre 12/15% do total e um grande grupo de pequenos produtores escravistas, com 1-2 servis, com uma participação em torno de 40% do total do contingente, acima do que encontraríamos um degradê de produtores até 10 escravizados dividindo o restante do conjunto. A partir daí o quadro esgarça-se com ocorrência rara de produtores com mais de 15 escravizados: 1 em 1781, em Cayrú, plantando mais de 20.000 covas e, em 1786, outro na mesma Cayrú, produzindo mais de 40.000 covas

A questão que se coloca, a partir da conclusão acima, é de retratar o comportamento deste setor, como o estrato típico dos pequenos produtores escravistas. Uma maior aproximação do cotidiano destes produtores poderia nos aclarar a racionalidade existente no setor, seu posicionamento perante o conjunto do sistema

colonial e o comportamento da produção face às crises de fome. A voz deste setor, de presença tão negada, pode ser ouvida através dos autos dos processos de incriminação movidos contra os lavradores que eventualmente não plantassem o número determinado de covas, através da consulta aos róis de anos anteriores.

Conclusão: Terra e Escravidão no Antigo Sistema Colonial

A qualidade e a localização das terras, numa clara e intuitiva percepção dos mecanismos da renda diferencial I e II, conforme a proposição de Marx, definia, para o lavrador, o volume da produção e sua rentabilidade. Muitas vezes trocava-se um rendimento superior, da dimensão de 1/3 a 50%, por outro menor em função de um gasto maior com o transporte. Uma curiosa combinação de fatores poderia levar à anulação do rendimento proporcionado pela terra, mais fértil em virtude do custo do transporte a partir da terra com pior (mais longe) localização. Tal combinação, originalíssima, agudizava as contradições de reprodução do próprio sistema, que exigia terras sempre férteis, a fronteira aberta, e não conseguia solucionar a questão do transporte. Ao mesmo tempo tal pressão, conseguiu, como, resposta técnica possível, impor um sistema de rotação de solos entre a mata-virgem, a capoeira-grossa e a capoeira, com a utilização de dois campos – um de mandioca nova e outro de mandioca velha – variando de um alqueive curto, de 3 anos, da mata para a capoeira, e um alqueive longo, de 5 a 8 anos, da capoeira para a capoeira grossa, já em termos de um “*bush fallow*”, o “mato alto” (BOSERUP, 1987, p. 211).

Com o material acima analisado podemos avançar em direção ao reconhecimento de uma racionalidade econômica específica da pequena produção escravista, voltada para a noção de “lucro”, “interesse” ou “conveniências”, expressões tomadas no depoimento dos próprios lavradores de mandioca (A.H.U., cx. 20449). Tais expressões são reelaboradas pelo pequeno produtor escravista assumindo significados diferenciados e ambivalentes face a seu emprego dominante na sociedade colonial, marcada por um aporte nitidamente mercantilista, comum na sua época. Assim, “lucro”,

"interesse" e "conveniências" são categorias contrapostas, nos depoimentos às noções negativas que expressam, fundamentalmente, penalização do trabalho⁶. Vemos, por exemplo, que o trabalho em mato-grosso "é mais custoso" (CHAYANOV, 1974, p. 213)⁷, ou, ainda, que o plantar na capoeira "é muito menos trabalho e despesa" (BOSERUP, 1987, p. 147). Outro lavrador, embora reconheça que o trabalho em mata-virgem rendia mais, insiste em que "o trabalho em capoeira grossa dava menos trabalho (sic)" (CHAYANOV, 1974, p. 217). Significativamente, de outros parâmetros de raciocínio, os termos positivos – lucro, interesse, conveniências – largamente em voga no universo altamente mercantilizado da burguesia de negócios e dos senhores de engenho, assumiam um sentido diferenciado quando contrapostos, no seu campo linguístico, a "despesa", "trabalho custoso" e a "muito trabalho". Desta forma, a penalização do trabalho, e não o maior lucro possível, parece ser um elemento central do universo mental do produtor, aproximando-o bastante da noção chayanoviana de penalização do trabalho ou "tyagostnot"⁸. Ora, tal preocupação com os aspectos de "sofrimento do trabalho", na acepção original, assemelha-se claramente ao clássico cálculo camponês, diferentemente do escravismo colonial e, definitivamente, em oposição ao móvel básico do capitalismo (CARDOSO, 1987, p.98).

Ocorre que, uma imensa maioria dos produtores concentrados no segmento 1-3 escravos, com o risco de perda e de não conseguir recompor o plantel, tinha uma vivência cotidiana do trabalho, obrigando-se a uma participação frequente no próprio processo produtivo. Ao contrário de um senhor de engenho, com seus 40 escravos e administradores, e do plantador de cana, com 20-25 escravizados, um roceiro com 2 ou 3 escravizados obrigava-se a participar, substituir e complementar a faina servil. Assim, as categorias como muito/pouco trabalho, despesa/lucro, trabalho

⁶ Para uma análise da questão da penalização do trabalho através da ótica chayanoviana ver: MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo, Ática: 1986, p. 57- 59. Ver também WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987, em especial p. 58-105.

⁷ Ver KLOOSTERBOER, W. **Involuntary Labour since the Abolition of Slavery**. Leiden: Brill, 1960, em especial "Introduction".

⁸ ARCHETTI, E. Presentación." In: CHAYANOV, 1974., p. 18.

custoso/conveniências faziam parte do universo imediato do pequeno produtor escravista. Tal relação direta com o trabalho era acentuada. pelo número restrito de escravizados e o risco da sua perda, o que implicava em utilizá-los nas atividades que verdadeiramente “valessem a pena”, calculando isso em termos de produtividade x intensidade do trabalho. Mas, tal produtividade era fortemente determinada – face à limitação do número de pessoas escravizadas – pela qualidade e localização da terra, ou seja, no seu cálculo do melhor emprego do trabalho, a terra desempenhava um papel central no âmbito do sistema agrário escravista produtor de alimentos. Este mesmo, parte de um sistema agrário ainda maior dentro do circuito escravista atlântico-europeu-africano.

Referências

ABEL, W. **Massenarmut und Hungercrisen, im vorindustriellen Deutschland.**

Goettingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1977.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (A.H.U.) **Breve Compêndio de reflexões sobre a Vila de Jaguaripe e o estado atual da mandioca[...].** Bahia,

Cx. 19.754.

A.H.U. **Descrição da cultura da capitania da Bahia em cumprimento da ordem régia[...], 04.01.1789,** cx. 19-239.

A.H.U. **Respostas ao Inquérito do Ouvidor Geral da Bahia, 1796-99.** Bahia, cx. 20.449.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Lista das Informações e Discrições das diversas freguesias do Arcebispado da Bahia, 1757.**

Documentação Colonial e Provincial, Maço 609.

BIBLIOTECA NACIONAL. (B.N), **Relação das lanchas de farinha que se remete para a Bahia, Lista das lanchas que partiram de porto não especificado para a cidade da Bahia conduzindo mantimentos. Bahia, 23.04.1786; Lista das**

embarcações que tem saído do porto desta vila de Maragogipe desde agosto de 1786; Lista das lanchas de farinha que há em Nazareth e o número de alqueires que carregam; Relação das lanchas de farinha que se remete para a Bahia. Mss. II-30.34.106.

B.N., **Carta do capitão-mor da vila de Jaguaripe em que expõe não haver nela gente para recrutas...** Jaguaripe, 05.06.1775, Mss., II-31,29,46.

B.N. **Ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho[...] a Dom José Fernando de Portugal.** Rio de Janeiro, 01.01.1798, Mss., Col. Linhares, II-33.22.26.

B.N. **Ofício do ouvidor da Comarca de Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa Cairú.** 20-03-1799, V.38.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo, Hucitec/Polis, 1987.

CARDOSO, C. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

CHAYANOV. A.V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL (DHBN). **Ofício do Governador Geral aos sargentos-mor das vilas “de baixo”.** Salvador, 1650, v. 3.

DHBN. **Bando do Governador Geral do Brasil e Correspondência para as vilas.** Salvador, 1688, v.8.

DHBN. **Ofício do Governador Geral sobre a matalotagem das naus.** Salvador, 1725, v. 9.

DHBN. **Ofício do Governador Geral sobre a falta de farinhas.** Salvador, 1703, v. 11.

FREIRE, F. **História da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunais, 1912-1914, 2vs.

IBGE, **Geografia do Brasil.** Rio de Janeiro, 1986.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA da S., Francisco Carlos. **História da Agricultura brasileira**. São Paulo, Brasiliense. 1981.

Oliveira, Umbelino. **Crítica ao “estado isolado” de Von Thünen**. São Paulo, laundé Editorial, 2016.

ROCHA PITA, S. **História da América Portuguesa**. Ed. Itatiaia/EDUSP, 1976.

SILVA CAMPOS. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro, MEC, 1981.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

O autor

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Recebido em 05/2022 • Aprovado em 06/2022 • Publicado em 07/2022